

**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**23^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CNCD/LGBT – CONSELHO
NACIONAL DE COMBATE À
DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO
DOS DIREITOS DE LGBT**

Dia: 30/10/2014

Ata da ordem do dia 30 de outubro de 2014

1 **SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

2 **ATA da 23º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD – CONSELHO NACIONAL DE**
3 **COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT**

4 **Dia: 30/10/2014**

5

6 Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e quatorze teve início a vigésima terceira
7 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos
8 Direitos de LGBT. Estiveram presentes os membros do Conselho: Presidenta do Conselho
9 Nacional de Combate à Discriminação LGBT **Sra. Janaína Oliveira**, a Vice Presidenta do
10 Conselho **Sra. Samanda Alves** de Freitas, a **Sra. Marylucia Mesquita** - representante Titular do
11 Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, **Sra. Jovanna Baby** - Representante da
12 Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, A **Sra. Yone Lindgren** –
13 Representante Titular da Articulação Brasileira de Lésbicas, **Sra. Maria Guilhermina** Cunha
14 Salasário Ayres - representante Titular da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,
15 Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, **Sr. Gil Santos** – representante Suplente da
16 Central de Movimentos populares - CMP, **Sr. Geovan Adorno** Braz – Fórum Nacional da
17 Juventude Negra - FONAJUNE, **Sra. Mariana Meriqui** Rodrigues, Representante Suplente da
18 Liga Brasileira de Lésbicas - LBL, **Sr. Carlos Alberto de Souza Obici** – Representante Titular
19 da Central Única dos Trabalhadores - CUT , **Sra. Beatriz Cruz da Silva** – representante, **Sra.**
20 **Heliana Neves Hemetério dos Santos** – Representante titular da Associação Brasileira de
21 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, **Sra. Lohren Beauty**,
22 representante Titular do E-Jovem, **Sra. Keila Simpson**, representante da Associação Nacional
23 de Travestis e Transexuais – ANTRA, **Sr. Léo Mendes** - representante Titular da Articulação
24 Brasileira de Gays - ARTGAY, **Lucas de Alencar Oliveira**, representante do Conselho Federal
25 da OAB, **Sra. Laís Campelo** - representante do Ministério do Turismo, **Sr. Daniel Da Rocha**
26 Franco – Representante Suplente do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, **Sra. Marta**
27 **Santa Cryz Pordeus** Representante Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e
28 Gestão - MPOG, Sr. **Fábio Moassab Bruni** – Representante suplente do Ministério do
29 Desenvolvimento Social – MDS, Sr. **Guilherme Alves** da Silva Neto – Representante Titular
30 da Secretaria Geral da Presidência da República, **Sra. Maria de Lourdes Alves Rodrigues** –
31 Representante titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, Sra. **Marina Melo**
32 **Arruda Marinho** – Representante suplente do Ministério da Saúde – MS. Estiveram também
33 os Convidados (as): **Secretária Sra. Esther Bermeguy**, Secretária do planejamento e
34 investimento estratégico do Ministério do planejamento orçamento e gestão, Sra. **Ana Lúcia**

35 **Starling**, diretora de temas sociais da Secretaria de investimentos estratégicos do MPOG. Sra.
36 **Ana Gabriela Sambiase**, coordenadora geral no departamento do cadastro único do MDS. **Sr.**
37 **Marco Antônio Juliatto** - diretor do departamento de promoção dos Direitos Humanos da
38 SDH, **Sra. Beatriz Cruz da Silva** – Do Ministério da Justiça - MJ.

39

40

41 A **Presidenta Janaína Oliveira** cumprimentou a todos, perguntou se todos tiveram acesso à
42 pauta e se havia alguma discordância. **Conselheira Marylucia Mesquita Plameira**
43 cumprimentou os presentes e informou que o Regimento Interno que estava na pauta já havia
44 sido aprovado na reunião anterior, e que restava apenas encaminhar à assessoria jurídica, para
45 contribuições. Após serem feitas as adequações trabalhadas na Câmara de Legislação e
46 normas seria encaminhado, novamente, à assessoria jurídica. Sugeriu fazer um informe do
47 que foi trabalhado na comissão, ressaltando que não seria uma aprovação, pois a mesma já
48 havia sido aprovada na reunião anterior. A **Conselheira Jovanna Baby** informou que, na
49 reunião anterior, algumas Conselheiras não estavam presentes, e que não houve aprovação,
50 pois não havia quórum, e que foram aprovados alguns destaques a serem inseridos no
51 Regimento, mas, o Regimento em si não foi aprovado. Sugeriu que fosse vista a lista de
52 presença da reunião, para que vissem que não houve quórum, e reafirmou que o Regimento
53 não foi aprovado. A **Conselheira Marylucia Mesquita Plameira** disse que, talvez, a
54 Presidência pudesse dar o informe sugerido, visto que ela coordenou o debate, e disse à
55 **Conselheira Jovanna Baby** que seria complicado ela fazer qualquer afirmação, pois a
56 mesma não estava presente, e que, havia entendido que houve aprovação do Regimento
57 Interno, e que se há entendimento divergente, deve-se consultar a Presidência do Conselho,
58 que encaminhou a Ata. A Conselheira Solicitou que a Presidência se manifestasse quanto ao
59 assunto, e localizasse a ata para disponibilizar aos Conselheiros presentes. A **Presidenta**
60 **Janaína Oliveira** solicitou que localizassem a ata, e acrescentou que, se fosse para resgatar o
61 debate da reunião anterior, gostaria de resgatar também, a questão do não comparecimento
62 frequente dos Conselheiros e Conselheiras, e pedir que, os que não compareceram e não
63 justificaram suas faltas, nesta e na reunião passada, devolvam suas diárias. Informou que, na
64 lista de presença, não consta quórum mínimo para aprovação do Regimento. A **Conselheira**
65 **Marylucia Mesquita Plameira** declarou estar surpresa, pois, até então, essa informação não
66 havia sido repassada à Comissão de Legislação e Normas. Informou que o Presidente da
67 Câmara se ausentou por problemas de saúde e que ela não poderia responder sozinha pela

68 Câmara. Disse que era importante que essa informação tivesse sido socializada anteriormente,
69 que devido as informações desconhecidas, encaminharia como a maioria decidisse. Ressaltou
70 que achava ótimo que isso estivesse acontecendo, que as contradições estivessem sendo
71 explicitamente colocadas. A **Presidenta Janaína Oliveira** esclareceu que a Secretária
72 Executiva do Conselho havia mandado, há mais de um mês, o Regimento para leitura e
73 conhecimento dos Conselheiros. Solicitou aos Conselheiros que, se tivessem dúvidas, que
74 fizessem destaques e apresentassem, no momento que a Câmara trouxer o debate. Reiterou a
75 questão da não justificativa das faltas ocorridas e que isso acarretaria retrabalho. Se os
76 Conselheiros queriam rigidez, o conselho também trabalharia de forma rígida. A Presidenta
77 Informou que fará um encaminhamento a respeito das faltas e das diárias que foram pagas aos
78 faltosos. Porém, independente disso, se houvessem encaminhamentos à questão do
79 Regimento, que fosse feito. Repetiu a questão do envio há mais de um mês, e da oportunidade
80 que tiveram de fazer seus destaques nesse período. **Conselheira Marylucia Mesquita**
81 **Plameira** considerou a possibilidade de já começar a pauta por esse ponto, pois não seria
82 interessante continuar a reunião com os ânimos alterados, mas percebeu que não haveria
83 possibilidade, pois estavam aguardando a incorporação das alterações do jurídico, que só
84 poderia ser feita durante o almoço. Sugeriu manter o ponto, mas informou que, por enquanto,
85 só ela representava a Câmara Técnica de Legislação. Pediu à palavra para cumprimentar a
86 pesquisadora que tem acompanhado todo o processo. Ressaltou que é importante ter múltiplos
87 depoimentos. Perguntou se a reunião estava sendo gravada e pediu que fossem registrados
88 os processos e as questões relacionadas a esse debate. A **Conselheira Maria Guilhermina**
89 **Cunha Salasário Ayres** informou que foram feitas alterações na outra reunião, destaques, em
90 relação ao Regimento. Mas, reforçou que a questão do quórum deveria ter sido colocada
91 anteriormente. Achou estranho a Câmara Técnica não saber que não houve quórum. Achou
92 mais estranho ainda, a Presidência reclamar dos faltosos, e falar de diárias. Ressaltou que
93 aquele grupo era um conselho nacional, e que deveria já ter sido tomadas atitudes cabíveis,
94 pois se trata de dinheiro público, e que não devem ser feitas ameaças, e sim, uma ação
95 concreta. **A Presidenta Janaína Oliveira** informou que não se tratava de ameaças, e que, nas
96 reuniões passadas, verificando os documentos oficiais, percebeu que os Conselheiros não
97 estavam atentos à assinatura da lista de presença. E, na última, não constava assinatura de
98 Conselheiros da Sociedade Civil que estavam presentes. Se não consta assinatura, o
99 Conselheiro ou Conselheira que estava presente deveria ter se manifestado. Mas, até então,
100 será trabalhado como se não houvesse presença. Informou que o Presidente da Câmara

101 Técnica, Zezinho do Prado, foi comunicado oficialmente pela mesa diretora, Presidência e
102 Vice Presidência, que não havia quórum. Por isso, a Ata de convocação de pauta, para esta
103 reunião consta a aprovação do Regimento e todos os destaques que foram levadas pela
104 Câmara Técnica. A Câmara Técnica vai apresentar, mas para além desses destaques também
105 tem a orientação jurídica que tem que ser apresentada. O **Conselheiro Gil Santos**
106 cumprimenta todos. Fala sobre a discussão reiterada dos Conselheiros ausentes às reuniões do
107 pleno, corroborando a fala da Conselheira Guilhermina, sobre o fato de ser dinheiro público,
108 que deve ser respeitado por todos. Que estão no conselho para participar e não para ser
109 ausente. Lembrou que essa discussão anterior foi no mesmo dia da aprovação do Regimento
110 Interno, que, mesmo não tendo quórum, foi aprovado e encaminhado ao jurídico, e que isso
111 foi decidido na mesa. A **Presidenta Janaína Oliveira** perguntou se a aprovação do
112 Regimento Interno permaneceria como ponto de pauta. Perguntou se havia mais algum
113 questionamento. A **Sra. Conselheira Mesquita Plameira** reforçou a questão do Conselheiro
114 Gil, sobre a devolução das diárias, do esvaziamento da plenária e do ponto do Regimento
115 Interno. Disse que caberia à consciência, dar os devidos encaminhamentos. Pediu que fosse
116 registrada sua perplexidade em relação a não saber que não havia quórum. Que a informação
117 deveria ter sido discutida no dia anterior, na Comissão de Legislação e Normas. A **Vice**
118 **Presidenta Samanda Alves de Freitas**, cumprimenta a todos e comenta sobre a fala da
119 Conselheira Marylucia Mesquita. Informou que na reunião passada, para poder aprovar o
120 Regimento, é necessário o quórum de dois terços, que não é o quórum simples. Esse quórum
121 não foi atingido em nenhum momento, nem com os Conselheiros que vieram com passagens
122 de diárias, e Conselheiros de governo, não foi atingido esse número. Houve uma interpretação
123 do Presidente da Câmara Técnica que poderia ser aprovada. Foi feita uma leitura da proposta
124 do Regimento e, como não houve destaques, foi entendido que estaria aprovado
125 automaticamente, já que não houve divergência. Isso seria trazido para o para o plenário. O
126 processo seria adiantado, se fosse levado para o jurídico e trazido para essa reunião, para
127 discutir pontos que houve destaque. A Vice Presidenta Deixou claro que a interpretação de
128 aprovação do Regimento Interno era do Presidente da Câmara Técnica. A **Conselheira**
129 **Marylucia Mesquita** questionou o horário de realização da reunião da Câmara Técnica e da
130 reunião da mesa diretora, e disse que, em momento nenhum foi dado esse informe. Pediu que
131 outros Conselheiros confirmassem esta informação. Registrou, mais uma vez, que esse não foi
132 o entendimento comum, e que o que foi discutido na mesa diretora, não foi repassado à
133 Câmara de legislação e Normas. O **Conselheiro Geovan Adorno Braz** se juntou ao

134 estranhamento, dizendo que havia participado da reunião da Câmara Técnica e em nenhum
135 momento foi dito que não havia quórum. Ressaltou a qualidade da condução dos trabalhos da
136 Conselheira Marylucia Mesquita e do Conselheiro Sr. Zezinho do Prado, na Presidência da
137 Câmara. A **Conselheira Mariana Rodrigues** cumprimentou os Conselheiros, informando
138 que era sua primeira reunião. Disse que também estranhava a informação, pois foi orientada a
139 vir para reunião ciente da aprovação do Regimento Interno, e que só precisaria de adequações
140 do jurídico e que no dia anterior, ao participar da reunião da Câmara Técnica, em nenhum
141 momento isso foi debatido, verbalizado ou dado a entender que não houve qualquer
142 impedimento para a aprovação do Regimento. Tudo que discutiram foi no âmbito da
143 adequação jurídica. O **Conselheiro Carlos Obici**, ainda na questão do quórum, lembrou
144 que, na reunião em julho, o poder público não estava mandando seus representantes para a
145 reunião, e que os Conselheiros da Sociedade Civil estavam aparecendo e os do Poder Público
146 não. A **Conselheira Marylucia Mesquita** pediu esclarecimentos quanto a uma informação à
147 Presidência, por escrito. Pediu que fosse informada qual a data do término da gestão deste
148 conselho, e que fosse encaminhada a todos os Conselheiros. Pois isso implicará no
149 lançamento do edital de convocação do processo eleitoral da Sociedade Civil organizada. A
150 **Presidenta Janaína Oliveira** perguntou se havia mais alguma consideração. Informou que a
151 aprovação do Regimento Interno permaneceria como ponto da pauta. Pediu para deixarem
152 claro onde estão feitos os destaques da reunião passada, para fazer o encaminhamento e a
153 aprovação final. Tranquilizou a **Conselheira Marylucia Mesquita**, informando que
154 Regimento seria aprovado nesta reunião. Solicitou à Adriana Escorse, Coordenadora do
155 Conselho, que preparasse outro documento para a assinatura dos Conselheiros presentes, tanto
156 da Sociedade Civil, quanto de Governo. Lembrou que foi feita uma solicitação oficial na
157 última reunião do pleno, que a SDH, entrasse em contato com os Ministérios, para saber o
158 porque da ausência dos Conselheiros e Conselheiras, e suas justificativas. A **Conselheira**
159 **Beatriz Cruz da Silva**, do Ministério da Justiça, confirmou o recebimento de ofício da SDH,
160 questionando a baixa participação, e a permanência como Representantes neste Conselho. Foi
161 respondido que seria feita uma substituição. Ela acredita que a SDH tenha feito isso com
162 todos os Ministérios. O Conselheiro **Gil Santos** agradeceu e questionou se, naquele momento,
163 haveria quórum para a reunião. Depois, reivindicou a presença dos Conselheiros do governo.
164 A **Conselheira Heliana Hemetério** informou que havia dezoito Conselheiros e, que eram
165 necessários apenas quinze Conselheiros para iniciar a reunião. Esse foi o motivo pelo qual a
166 reunião não iniciou no horário, porque não chegaram às oito e trinta. A **Conselheira Lohren**

167 **Beauty**, do E-Jovem, perguntou se todos os representantes da Sociedade Civil que receberam
168 passagem e diária para vir para reunião estão presentes, e reforçou a mensagem de
169 responsabilidade com os gastos públicos. A **Conselheira Laís Campelo**, do Ministério do
170 Turismo, explicou que o Ministério do Turismo tem faltado devido a uma fase de
171 reestruturação, e que, não haveria mais faltas. A Presidência passou para o próximo ponto de
172 pauta que eram os informes. A **Conselheira Lohren Beauty**, informou que a Escola Jovem
173 LGBT, financiada pelo Ministério da Cultura, lançou um livro com contos e histórias de
174 vários adolescentes de diversas Regiões do Brasil. A Conselheira Trouxe alguns exemplares
175 para distribuir a todos. Pediu para fotografar as pessoas segurando o livro. **Sr. Gil Santos**
176 convidou os participantes para o Encontro Sudeste de Pessoas Trans, Travestis e Transexuais,
177 que será dias dezesseis, dezessete, dezoito e dezenove de dezembro em São Paulo. A
178 Conselheira **Maria Guilhermina Cunha** convidou a todos para as Dezesseis dias de
179 Ativismo Contra a Violência Contra a Mulher, que se inicia em meados de novembro, até dez
180 de dezembro. Haverá um debate específico de gênero e diversidade no mundo do trabalho.
181 Informou que é um trabalho voltado para as trabalhadoras e trabalhadores levando o tema da
182 diversidade sexual de orientação sexual e identidade de gênero. A **Conselheira Jovanna**
183 **Baby**, informa que o governo do Estado do Piauí, através da polícia Civil do Estado,
184 modificou o formulário do Boletim de Ocorrência em todo Estado, hoje o BO contempla
185 todas as identidades de gênero e todas as orientações sexuais. Há um campo para informar se
186 os crimes cometidos contra a população há conotações homofóbicas. Informou, também, que
187 a Prefeitura Municipal de Picos, através do prefeito Cleber Eulálio, criou um projeto chamado
188 “Direitos Humanos em Diversidades Por Uma Escola Mais Humanizada”, voltado para
189 trabalhar as questões de gênero, identidade de gênero e orientações sexuais, e que formará,
190 durante este ano e o próximo, em todas as escolas da rede municipal de ensino de Picos no
191 Piauí, professores na questão de orientação sexual e identidade de gênero. A **Conselheira**
192 **Keila Simpson** informou que o Centro de Promoção e Defesa de Direitos LGBT, está
193 trabalhando com um projeto da SDH. Realizarão, no início da semana de dezembro, uma
194 atividade chamada “Dez Dias de Ativismos em AIDS e Direitos Humanos”. Será uma série de
195 atividades que envolverão diversas pessoas que trabalham com a temática de Direitos
196 Humanos e AIDS, e que fica muito feliz de poder socializar, na reunião do conselho, essa
197 ação, e conta com a participação de todos. Convidou todos a conhecerem as instalações do
198 centro localizado na, Rua Almirante Barroso, número oito, no Rio Vermelho. Informou
199 também que o centro possui um edital com objeto de pagamento para quatro profissionais; o

200 coordenador do projeto, psicólogo, advogado e assistente social. A Conselheira **Marylucia**
201 **Mesquita** disse que era uma proposta de encaminhamento e que faria após os informes,
202 mediante uma intervenção. A Vice Presidenta **Samanda Alves de Freitas** passou algumas
203 informações da Coordenação da Política LGBT. Ela assumiu há dois meses, mas só começou
204 a atuação há duas semanas, pois estava de férias. Informou que, antes de tirar férias, a
205 Secretária Patrícia fez uma reunião individual com vários Ministérios para tratar das pautas.
206 Informou que esteve com a Secretária Regina da SENASP, com a do MDS, e com a
207 Secretária do MEC, Macaé. Conversando sobre o encaminhamento das pautas da Política
208 LGBT, se encontrou com o secretário que é responsável pelo cadastro único do Ministério do
209 Desenvolvimento Social, para fazer uma discussão mais clara com os técnicos sobre as
210 demandas para a próxima mudança do cadastro único. Informou que estiveram com o corpo
211 técnico do MEC e tem outras reuniões com o Ministério da cultura. Outro informe é em
212 relação ao orçamento. Levantou a ideia de trazer para o conselho um levantamento de todos
213 os convênios e o status em que o país está. Informou sobre a relação dos eventos que ela
214 esteve em representação ao governo brasileiro. Informou que está previsto, para o mês de
215 dezembro, a organização de uma oficina dos centros de promoção de defesa dos Direitos da
216 população LGBT. Outro evento que está programado para dezembro é o segundo seminário
217 de negros e negras LGBT. Em dezembro também vai acontecer o ENUDS. A **Conselheira**
218 **Maria Guilhermina** passou informações do CONATRAP, do qual faz parte como
219 representante do CNDC/LGBT. Passou informações sobre a última reunião. Disse que
220 também faz parte da comissão do Regimento Interno da CONATRAP. Informou que acontece
221 em dezembro o encontro para tratar do plano internacional do tráfico de pessoas com a OEA.
222 Perguntou se houve algum convite à SDH para esse encontro. A **Presidenta** **Janaína**
223 **Oliveira** solicitou que fosse tirada a foto com o livro que a Conselheira Lohren trouxe, para
224 fins de prestação de contas. A **Conselheira Marylucia Mesquita Plameira** Informou que a
225 nova gestão do CFESS tomou posse em maio. Foi realizado o encontro nacional, definindo a
226 agenda política. No ultimo encontro nacional foi definido o seminário de Nacional Serviço
227 Social e Diversidade Trans, em São Paulo. A **Vice Presidenta Samanda Alves de Freitas**
228 informou que na próxima semana irá dialogar com a assessoria parlamentar da SDH, para
229 verificar se há espaço para mais alguma ação, até o final do ano, em relação ao projeto de lei
230 da ex-ministra Maria do Rosário que criminaliza os crimes de ódio e intolerância. A
231 **Presidenta Janaína Oliveira** informou que todos os Conselheiros receberam um envelope
232 com várias informações, um resumo da última reunião, as notas públicas, a questão do caso da

233 revogação da portaria seiscentos e quarenta e cinco de dois mil e quatorzes de Tocantins.
234 Informou que tem uma solicitação da Conselheira da ABEH, mas ela não está presente.
235 Informou que irá colocar o encaminhamento logo no primeiro momento da tarde, a Câmara
236 Técnica irá se reunir para discutir o assunto. A **Conselheira Beatriz Cruz** informou que a
237 Secretaria Nacional de Segurança Pública, pela Coordenação Geral de Prevenção Pública,
238 lança periodicamente editais de chamamento público para apoiar projetos municipais,
239 estaduais de prevenção a violência contra a população LGBT. Nesse momento tem um edital
240 geral de prevenção N^a 05 que está na fase de análise das propostas. Pede aos os Conselheiros
241 que divulguem o edital e apresentem propostas. A **Vice Presidenta Samanda Alves de**
242 **Freitas** informou que a Secretária chegou, e passaram ao terceiro ponto da pauta, que era a
243 apresentação dos resultados do PPA. Informou que havia duas convidadas para falar sobre o
244 assunto: a Secretária Esther Bermeguy, Secretária do Planejamento e Investimento
245 Estratégico do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e Ana Stalin, Diretora de
246 Temas Sociais da Secretaria de Investimentos Estratégicos do MPOG. A **Secretária Esther**
247 **Bermeguy** iniciou agradecendo pelo espaço. Disse que essa atividade tinha a ver com o PPA,
248 e não só com a obrigação do MPOG de fazer o monitoramento, mas convida o conselho a
249 fazer uma reflexão sobre o novo PPA, de dois mil dezesseis a dois mil e dezenove. O novo
250 PPA precisa ser entregue até agosto do próximo ano. Pediu ao conselho que montasse um
251 grupo ou uma comissão já para pensar um novo PPA, não somente na perspectiva da Política
252 para população LGBT, mas também na perspectiva na estratégia de desenvolvimento do país,
253 de forma nacional. Informou que irá falar dos principais enunciados da estratégia, dos
254 principais resultados. O foco principal da estratégia é o crescimento da renda com simultânea
255 redução das desigualdades sociais. Ela foi apresentada em cinco dimensões, que são:
256 econômica, social, ambiental, territorial e a Política institucional. Tratam-se de políticas
257 ligadas à questão econômica. Políticas econômicas, Políticas Sociais, Políticas de Educação,
258 Políticas de Saúde, Política de Regulação do Estado, Política Social. Todas, diretamente
259 executadas pelo Estado. Essas políticas viabilizam a Política de Valorização do Salário
260 Mínimo. Existem várias políticas visando o desenvolvimento da estratégia e o alcance de
261 resultados desejados, que são: erradicação da extrema pobreza, redução das desigualdades
262 sociais e regionais, ampliação do emprego e da massa salarial, maior qualidade da prestação
263 de serviços, entre outros. Apresentou um gráfico, demonstrando que, pela primeira vez no
264 Brasil se cresce se reduzindo desigualdades sociais. É que é inédito no modelo brasileiro,
265 relevante no mundo inteiro. Outro resultado é a redução do desemprego, a menor, taxa de

266 desemprego da história. O aumento real do salário mínimo em setenta e dois por cento. A
267 menor taxa de inflação desde noventa e três. No período desde dois mil e três até dois mil e
268 treze, a menor taxa de juros. O crédito é cinquenta e seis vírgula cinco por cento do PIB,
269 incluindo pessoa física e jurídica. O crédito vinculado hoje está em torno de vinte e cinco por
270 cento. Relevante é a redução sustentável da relação dívida X PIB. Apresentou o conjunto de
271 políticas que são fundamentais para a estratégia do PPA: o PAC, a Petrobrás e o Sistema de
272 Proteção Social, que é o eixo central do projeto. Os gastos sociais somam oitocentos e onze
273 bilhões anuais de gastos sociais e dezesseis ponto oito por cento do PIB investidos nessas
274 políticas. Os monitoramentos estão sendo feitos em vários conselhos, e essas políticas visam
275 garantir os direitos sociais. Esse sistema é chamado de Sistema Universal de Seguridade
276 Social. Fez uma comparação do impostômetro, dizendo que o monitoramento tinha o seu
277 “serviçômetro”, informando que os impostos informados pela FISP serviam para esses
278 serviços sociais. Não descartando a possibilidade de melhorias constantes. Mas destacou que
279 são duzentos milhões de habitantes. O Brasil é o país com a maior população, proporcional à
280 população mundial. Enfatizar que o Brasil tem o maior programa de vacinação do mundo, o
281 maior programa de transplantes do mundo. Para o “Bolsa Família”, são quatorze milhões de
282 famílias atendidas. O PAC proporcionou grandes obras de infraestrutura, e obras que,
283 também, são para atender direitos da população, como o “Minha Casa Minha Vida”, água, e
284 esgoto. Foram novecentos e cinquenta e cinco bilhões em quatro anos. O volume de
285 investimentos está crescendo numa velocidade muito maior do que o consumo das famílias.
286 Isso gera emprego, isso gera renda, e dá maior sustentação ao processo de desenvolvimento.
287 O agronegócio é um importante pilar desse modelo. Destaca a EMBRAPA pela excelência do
288 agronegócio como item propulsor da economia sustentável, pela ampliação das pesquisas para
289 aumento de produtividade. O desafio para o próximo período é a agricultura de alta
290 produtividade. As reservas de internacionais somam oitenta e dois bilhões. O que protege o
291 Brasil de crises mundiais, como as vividas recentemente. Destacou, também, a agricultura
292 familiar, como base de sustentação da alimentação do brasileiro, e os investimentos feitos
293 nessa área, com intuito de aumentar a geração de emprego e renda na área rural. Setenta por
294 cento dos principais produtos da mesa do brasileiro é fornecido pela agricultura familiar. A
295 Secretária informou que a crise afetou muito a indústria, mas há fôlego para reversão desse
296 cenário. O grande fator impactante da crise na indústria, é a crise mundial. Apresentou dois
297 grandes indicadores: a taxa de desmatamento da Amazônia, que vem caindo através de uma
298 intervenção governamental, pelo PPCEDAM – Plano de Precisão e Controle do

299 Desmatamento na Amazônia. O outro indicador é a redução da taxa de emissão de CO². A
300 **Presidenta Janaína Oliveira** agradeceu a Secretária Esther, pediu que a mesma
301 permanecesse até o término da apresentação da **Sra. Ana Lúcia Starling** que cumprimentou a
302 todos, se apresentou como Diretora da SPI, que cuida da Diretoria de Temas Sociais, área que
303 monitora e acompanha as Políticas Sociais e Transversais, para públicos específicos. Entregou
304 dois folders. Um, do aplicativo Mais Brasil, desenvolvido pela SPI, contendo todos os
305 programas do PPA, em todas as dimensões, para acompanhamento e avaliação dos programas
306 sociais. Esse aplicativo tem, também, as agendas transversais e todos os programas federais,
307 com informação do link para acesso. O outro folder é específico para o acompanhamento e
308 monitoramento dos resultados da implementação das Políticas no que diz respeito a agenda da
309 população LGBT. Informou que a política social LGBT é transversal e impacta em vários
310 segmentos, de várias políticas sociais. Essa agenda contém tanto o programa da Secretaria de
311 Direitos Humanos, quanto as outras ações dos outros programas, referentes à proteção desse
312 público. Começou a apresentação mostrando dados do IBGE, que, inicialmente, revelava
313 sessenta mil casais homossexuais residindo juntos, coabitando, em dois mil e dez. isso
314 impactou nas decisões de reconhecimento da união Civil homoafetiva, no STF. O marco
315 inicial, definido, foi a constituição de mil novecentos e oitenta e oito, que define o direito a
316 vedação de qualquer forma de discriminação. Em noventa e cinco a deputada Federal Marta
317 Suplicy apresenta um projeto de lei que reconhece o casamento de pessoas do mesmo sexo,
318 em dois mil e quatro, o Rio Grande do Sul determina que cartórios de títulos e documentos
319 registrem uniões homoafetivas, em dois mil e seis a lei Maria da Penha é sancionada e prevê
320 dentre outras questões a união homoafetiva feminina, e em dois mil e seis vem o início da
321 tramitação do projeto de lei complementar um, dois, dois, que criminaliza a homofobia. Dois
322 mil e oito, a primeira Conferência Nacional de gays, lésbicas, travestis e transexuais e a
323 portaria do Ministério da saúde que permite a operação de mudança de sexo pelo SUS. Em
324 dois mil e nove é sancionado PNDH três que traz inúmeras ações de proteção contra a
325 violência, de proteção de Direitos e garantia de Direitos para esse público. Em dois mil e dez
326 é criado o Conselho Nacional, este Conselho de combate à discriminação e também o
327 Ministério da fazenda emite uma portaria que permite a declaração conjunta de casais
328 homoafetivas no Imposto de Renda e o Ministério do planejamento também com uma portaria
329 para o uso do nome social adotado por travestis e transexuais. Em dois mil e onze o supremo
330 reconhece a união homoafetiva e é elaborado o primeiro relatório de violência homofóbica.
331 Em dois mil e doze o segundo relatório. E em dois mil e treze o Supremo Tribunal de Justiça

332 cartórios de todo país a conceder casamentos homoafetivos. É criado então o sistema
333 Nacional de Promoção de Direitos e Enfretamento à Violência LGBT. Foram muitos avanços
334 pela promoção do direito da população LGBT. Faz uma conceituação sobre homofobia e
335 discriminação. Destacou a campanha da SDH, contra a violação dos direitos humanos, o
336 disque cem o ligue cento e oitenta, que é canal da Secretaria de Políticas das mulheres. Faz
337 uma comparação do primeiro e segundo relatório de violência homofóbica, mostrando o
338 crescimento das denúncias contra a violência em relação à violência homofóbica, o número de
339 violações, o número de vítimas, o número de suspeitos. A média de violência por pessoa é
340 três vírgula vinte e três, por pessoa. Ou seja, a mesma pessoa sofre violência mais de uma vez.
341 No relatório de dois mil e onze, as denúncias foram feitas pelas próprias vítimas. Destaca a
342 importância da criação do Sistema Nacional LGBT. Já estão em criação comitês com a
343 participação da Sociedade Civil. Outra linha de atuação da Política em defesa da população
344 LGBT é a linha de formação, capacitação e educação. Foram criadas dez mil e setenta e duas
345 vagas para capacitação de profissionais de rede pública de educação, nessas temáticas de
346 gênero, relações étnicas, raciais e orientação sexual dentro do programa gênero e diversidade
347 nas escolas públicas. Falou sobre o PL meia, cinco, oito, de dois mil e onze, que reconhece o
348 nome social de travestis e transexuais, está em exame na comissão de constituição, justiça e
349 cidadania, em decisão terminativa. No SUS já existe a obrigatoriedade do tratamento pelo
350 nome social. A **Presidenta Janáina Oliveira** justifica que a Secretária Esther Bermeguy tem
351 compromisso e terá que se despedir. Agradeceu a apresentação da Sra. Ana Starling, e pediu
352 que a mesma permanecesse para abertura aos Conselheiros, para debate. O **Sr. Leo Mendes**
353 questiona sobre o material que foi apresentado, perguntou se é um material institucional ou do
354 movimento social. Destacou a importância do acompanhamento histórico da luta LGBT.
355 Pediu que colocasse, entre os marcos históricos, a criação de todas as redes nacionais, para
356 que não incorra no erro de que só uma grande rede foi criada, quando, na verdade, foram,
357 também, várias pequenas redes. Citou algumas redes que fazem parte desse contexto. Cita o
358 programa Brasil sem homofobia como um grande marco mundial do movimento LGBT. O
359 Brasil se destaca internacionalmente por apresentação de recomendações, de textos dentro da
360 ONU. Destaca o fato de a Presidenta Dilma ter sido a primeira do mundo a ir à ONU e falar
361 da criminalização da homofobia. A **Sra. Ana Lúcia Starling** agradeceu pelas sugestões.
362 Informou que o material é uma síntese do monitoramento do PPA, do Programa da Secretaria
363 de Direitos Humanos. Informou que o fórum Inter Conselhos não pôde ser realizado durante o
364 processo eleitoral, por isso não foi possível divulgar esse material antes. **Conselheira**

365 **Marylucia Mesquita** acrescentou que é importante constar também o plano Nacional de
366 cidadania, de dois mil e nove, e a segunda Conferência Nacional LGBT e o plano Nacional de
367 saúde LGBT. O **Conselheiro Gil Santos** concordou com as colocações anteriores. Disse que
368 foi entrevistado pelo IBGE em relação a casais de homossexuais e ressalta a importância que
369 se faça o caderno só falando de LGBT como um todo. A **Sra. Ana Lúcia Starling** informou
370 que esse relatório é da dimensão estratégica de desenvolvimento do país nos últimos governos
371 de dois mil e três até hoje, e dá grandes diretrizes a construção e elaboração do PPA. Falou
372 que existem mais informações além das que foram apresentadas e, a partir de uma reflexão é
373 possível entender e desenvolver mais dados voltados para o público LGBT. A **Sra.**
374 **Guilhermina Cunha** cumprimentou a todos, parabenizou pelo trabalho e pela iniciativa.
375 Salientou o ganho, na área da Saúde, para lésbicas. Também falou da utilização do nome
376 social em vários segmentos sociais. Disse que seria interessante contar um rol de conquistas
377 para o público LGBT. O **Sr. Lucas de Alencar**, da OAB, parabeniza e solicita uma correção,
378 quanto à linha do tempo. Em dois mil e três quem determinou o cumprimento da ordem do
379 supremo e pelos cartórios foi o CNJ. Corrigindo, em relação ao STJ. A **Sra. Ana Lúcia**
380 **Starling** cita outros temas, como a questão da saúde integral, que você colocou, da saúde
381 integral da lésbica, e que foi colocado um tópico sobre o SUS que talvez possa complementar
382 com essa questão da Saúde Integral de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. A **Conselheira**
383 **Lurdinha Alves** ressaltou o PENAISM que é a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde
384 da Mulher, quanto a Política Nacional de saúde integral à população LGBT, como um ponto
385 forte da Política Nacional. **Sra. Ana Lúcia Starling** informou que essas demandas serão
386 entregues no Fórum Inter conselhos e ressalta que cabe ao conselho monitorar, implementar,
387 avaliar, e divulgar o PPA para a sociedade civil. A **Presidenta Janaína Oliveira** sugere que
388 seja feito um encaminhamento à Conselheira Marta, que é representante do conselho no
389 MPOG, dos pontos que estão faltando discussão. Agradece a **Sra. Ana Lúcia Starling**.
390 Ressalta que as Conselheiras Rosário e Marta Pordeus são extremamente dedicadas,
391 mostrando que o Ministério está sintonizado com as demandas. Colocou o conselho à
392 disposição do Ministério. **Sra. Ana Lúcia Starling** agradeceu. Abriu a pauta para trazer o
393 item seguinte, que era a inclusão dos campos do nome social e convidou a Sra. Ana Gabriella
394 Sambiasi a compor a mesa. A **Sra. Ana Gabriella** cumprimentou a todos, agradeceu pelo
395 convite e, apresentou seu credenciamento profissional. Agradeceu por participar do conselho.
396 Levou uma apresentação para mostrar, em linhas gerais, como funciona o cadastro único.
397 Durante e após a apresentação, quem tivesse dúvidas, poderia se manifestar. Iniciou com o

398 conceito do Cadastro único, como sendo um cadastro de todas as políticas sociais. Outras
399 políticas contributivas também possuem base de cadastros, com informações das famílias, que
400 são o alvo dos benefícios. Vinte e quatro milhões de famílias estão nesta base de cadastro.
401 Isso representa setenta e quatro milhões de pessoas que estão na base do cadastro único. Ele é
402 o principal instrumento do Estado brasileiro para inclusão e seleção de famílias de baixa renda
403 em programas sociais. É uma rede que realiza uma atualização e inclusão mensal de mais de
404 um, vírgula, cinco milhões de famílias todo mês O cadastro único está em todos os
405 Municípios, em todos os Estados brasileiros, hoje é um instrumento de base do SUS. Sessenta
406 por cento do cadastramento das famílias ocorrem nos CRAS, que são Centros de Referências
407 da Assistência Social e cinquenta e quatro opera na Secretaria de Assistência Social, são trinta
408 e dois mil entrevistadores permanentes. O Cadastro único foi instituído antes do “Bolsa
409 Família”, mas ganhou força com o início do cadastro do programa. Ele é a porta de entrada de
410 mais de vinte programas e serviços sociais, mais de trinta programas sociais utilizam o
411 cadastro único. As famílias que estão cadastradas são as famílias com renda familiar mensal
412 de até meio salário mínimo por pessoa ou aquelas famílias com renda mensal total de até três
413 salários mínimos. Em seguida, apresentou conceitos que nortearam o cadastro das famílias.
414 Quem presta a informação para o cadastro único dentro da família, é o responsável pela
415 unidade familiar, eleito pelos familiares e, não, pelo conceito legal de responsabilidade
416 familiar. É considerada renda familiar toda a renda bruta da família. Explicou o fluxo de
417 dados do cadastro único. Falou sobre o cadastro NIS, que é um código único por família, que
418 aponta duplicidade, caso seja inserido novamente. O MDS faz o monitoramento e a avaliação
419 do cadastro, mensalmente. O Município é responsável por quase tudo, dentro do cadastro
420 único, é ele quem identifica e localiza as famílias a serem cadastradas, avalia onde está esse
421 público potencial que tem que estar nesse cadastro. O Município que faz a entrevista e a
422 coleta de dados das famílias identificadas. As informações são auto declaratórias. São feitas
423 um, vírgula, cinco milhões de inclusões e atualização por mês. A base de dados é sigilosa,
424 mas alguns dados são possíveis de serem acessados. O foco maior se concentra no Nordeste e
425 Sudeste. O **Conselheiro Leo Mendes** inicia sua fala citando o debate eleitoral do segundo
426 turno, ressaltou a importância do assunto sobre a população. Lembrou que a própria
427 Presidenta se comprometeu a criminalizar a homofobia LGBT, no Brasil. Levantou a
428 importância de se mensurar, por exemplo, a quantidade de população LGBT que recebe Bolsa
429 Família, pois ainda não se tem esta informação. Citou ainda o fato desta população se tratar de
430 pessoas vulneráveis que sofrerem constante discriminação. Ele pede algumas alterações no

431 formulário, que no campo “apelido” seja acrescentado a opção “nome social”, assim, o
432 reconhecimento se daria por meio do nome social. Também pede que, que na pergunta sobre
433 sexo (feminino ou masculino), se coloque “qual sua orientação sexual” e “qual a sua
434 identidade de gênero”. Também solicita que o questionamento sobre família, contenha o
435 campo para informação de família LGBT. O **Sr. Gil Santos** pergunta se duas pessoas na
436 mesma casa pode se cadastrar e receber o “Bolsa Família”, e relata seu caso pessoal. Relatou
437 que ao ter sido entrevistado pelo IBGE, foi informado que eram um casal homossexual, e
438 estranhou que esta informação não conste no resultado final da pesquisa. A **Conselheira**
439 **Marylucia Mesquita** destacou a importância dessa pauta, do impacto que tem a inserção dos
440 usuários no cadastro único, e inserção nos programas sociais. Reforça que é importante fazer
441 a distinção dos dois conceitos: orientação sexual e identidade de gênero. Orientação sexual, o
442 campo da homossexualidade, barra, lesbianidade, bissexualidade e heterossexualidade.
443 Identidade de gênero: masculino, feminino e trans. A **Presidenta Janaína Oliveira** agradeceu
444 a contribuição e lembrou o horário do almoço: meio dia e vinte e quatro. Sendo que o horário
445 de retorno estaria mantido para quatorze horas. A **Conselheira Lurdinha Alves** perguntou se
446 esta era a nova versão e diz que existem outras questões, mais complexas, que deveriam ser
447 incorporadas. Sugeriu que, no rol de famílias constasse colocar família homoafetiva. Inserir,
448 também, apelido / nome social. Já para a questão de identidade de gênero, achou que deveria
449 envolver a SDH para conceituação e capacitação de entrevistadores. A **Vice Presidenta**
450 **Samanda Alves de Freitas** responde que tem participado de uma série de reuniões sobre o
451 cadastro único e, tem tido conhecimento sobre a dificuldade de alteração no cadastro, com a
452 criação de novos campos. Isso não influenciaria na troca de nomes dos campos. A **Sra. Ana**
453 **Gabriella Sambiase** informa que a versão em vigor está desde dois mil e um em análise para
454 alteração. A migração para nova versão ocorreu em dois mil e doze. Informa que o cadastro
455 único tem um objetivo e não é estatístico, como o caso do IBGE. Anunciou que estão
456 contratando uma pessoa jurídica para fazer análise dos campos do formulário. Informou que
457 tem um GT dentro do SENARC e que é possível fazer inclusões emergências de demandas.
458 Responde à pergunta sobre recebimento do “Bolsa Família”, para duas pessoas na mesma
459 casa, que pode sim. O cadastro único não impede o cadastramento de uniões homoafetivas.
460 Faz uma breve explicação sobre o conceito de família, e ressalta, mais uma vez a necessidade
461 da visibilidade imediata, pois havendo a inserção nos formulários que atendam a demanda
462 LGBT a atualização cadastral ser consolidada em, no mínimo, dois anos. A **Sra. Janaína**
463 **Oliveira** agradeceu a Ana Gabriela e a Bruna. Agradeceu ao Conselheiro Fábio. Pediu que

464 Luiz se levantasse para ser apresentado ao conselho. Ele é o mais novo coordenador adjunto
465 da política LGBT. Houve pausa para ao almoço. A **Presidenta Janaína Oliveira** pede aos
466 Conselheiros que se acomodassem. Solicitou à Câmara Técnica que fizesse um relato dos
467 encaminhamentos. Pediu à Presidenta que apresentasse as demandas, os encaminhamentos e
468 ações. A **Conselheira Keila Simpson pediu** à Adriana o relato da Câmara e falou que iria
469 fazer uma relatoria. Informou que a minuta a ser utilizada seria baseada numa existente, do
470 MEC, e a Conselheira Marylucia Mesquita faria a redação dessa nova minuta. Propôs uma
471 reunião, no mês de novembro para que todos os detalhes dessa minuta sejam elaborados.
472 Informou que, em seguida, discutiriam sobre duas outras coisas: o questionamento, trazido
473 pela Conselheira Marina, do PROEST, onde há pouca inserção da população LGBT, e um
474 debate para ficar na memória do conselho, sobre a pauta LGBT, que veio com muita força
475 durante a campanha eleitoral. Falou do compromisso da Presidente, de criminalizar a
476 homofobia. Levantou todos esses pontos para pedir que essa discussão não caísse no
477 obscurantismo. Informou que o conselho vai construir um documento baseado no plano dos
478 treze pontos, e que é preciso intensificar as ações com proposituras e leis no Congresso
479 Nacional. Destacou a lei de identidade de gênero, que é a lei João Neri; a Lei sobre
480 prostituição, de Gabriela Leite; a lei Maria do Rosário, e mais uma que ela não se recordava.
481 Outra forma pensada seria como dialogar com o supremo tribunal. Pensou-se até em trazer o
482 ministro do supremo até o conselho. Pediu o apoio do conselho para que o ministro possa
483 estar aqui e ser convocado, a Secretaria Executiva e o próprio Ministério vai entender qual é a
484 forma de fazer esse convite. A **Presidenta Janaína Oliveira** agradeceu à Câmara Técnica.
485 Passou à **Conselheira Heliana Hemetério** a relatoria e a solicitação de reunião
486 extraordinária. Antes, pediu um minuto para falar a respeito do cuidado no tratamento com os
487 outros Conselheiros em relação ao Nome Social. O **Sr. Marco Antônio Juliatto**, Diretor do
488 Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, cumprimentou a todos, disse que estava
489 no conselho porque foi pedida uma fala com ele, sobre a comissão que foi criada,
490 representando os quatro conselhos da SDH, onde se buscaria um consenso para a realização
491 das Conferências Conjuntas. Foi criado um documento chamado “Respostas sobre
492 Conferências Conjuntas”, para explicar à sociedade civil o que vem a ser esses encontros. Foi
493 feito um documento chamado de “Perguntas e Respostas” que o Sr. Juliatto leu para os
494 Conselheiros. O **Sr. Léo Mendes** disse que participou de várias organizações de
495 Conferências, e que o gargalo é sempre a questão orçamentária. Afirmou não ter ficado
496 explícito como se darão as Conferências conjuntas. Preocupou-se com os responsáveis que

497 irão conduzir cada conferencia se seria uma pessoa livre de preconceitos ou estigmas. Disse
498 que passam por uma série de situações quanto ao pagamento de diárias e a questão de uma
499 delegação LGBT não poder comparecer por não falta de condições para arcar com as despesas
500 da viagem. Lembrou a fala da Presidenta Dilma, de que gostaria de comparecer a terceira
501 Conferência Nacional LGBT. Se houverem várias Conferências, todos irão querer a sua
502 presença. Lembrou da declaração da Presidenta, de que a pauta LGBT e a criminalização da
503 homofobia é prioridade dela e de seu governo. A **Conselheira Marylucia Mesquita**
504 manifestou preocupação, já dita na reunião passada, quanto ao formato da conferencia,
505 temendo enxugamento do número de pessoas, e empobrecimento do debate. Disse que ainda
506 não está nítido como isso irá acontecer nos Estados. Se a definição dos delegados ficaria ao
507 cargo do conselho. A **Presidenta Janaína Oliveira** esclareceu que o conselho, há duas
508 reuniões anteriores, já havia se aposto oficialmente sobre isso. Dois nomes do conselho foram
509 encaminhados para se representarem na organização a respeito da conferencia: o Conselheiro
510 Leo Mendes e a Conselheira Heliana Hemetério. Informou que a Sra. Adriana Escorse
511 encaminhou a carta compromisso da SDH para os Conselheiros e Conselheiras, inclusive,
512 para deixar claro que não havia diminuição de bancada, e que as aberturas das quatro
513 Conferências não serão no mesmo horário, para permitir a participação da Presidenta e dos
514 ministros. O **Sr. Marco Antônio Juliatto** respondeu que não há, em nenhum lugar, um
515 documento falando de diminuição de delegados. Que percebe, no conselho, autonomia para
516 trazerem quantos delegados quiserem. Ressaltou, porém, que cem deles, irão automaticamente
517 pertencer à Conferência Nacional de Direitos Humanos, e que são esses cem que estão indo
518 para a Conferência Nacional de Direitos Humanos. Perguntou quantos Conselheiros estiveram
519 na última Conferência. O **Sr. Léo Mendes** reforça que, para Conferência de Direitos
520 Humanos, há uma cota de cem delegados, e explicou o porquê da definição de cem vagas.
521 Reforça que isso precisa estar claro, no documento, para não causar desentendimento em
522 relação a Conferencia Nacional de Direitos Humanos. O **Sr. Marco Antônio Juliatto**
523 perguntou quantos delegados tiveram da LGBT na Conferência Nacional de Direitos
524 Humanos de dois mil e oito. Reforçou que o numero de cem delegados foi definido porque as
525 quatro temáticas da SDH disputam vagas na Conferência Nacional de Direitos Humanos. A
526 intenção é garantir que os cem delegados sejam automaticamente inseridos para participar da
527 Conferência Nacional de Direitos Humanos. O restante dos delegados que irão, vão disputar
528 nos Estados e Municípios as suas vagas, juntamente com todos os segmentos. Foi uma
529 construção da Secretaria, através de um documento assinado pelo secretário executivo, onde

530 estavam presentes todos os diretores ampliados. Pediu que o processo fosse construído com
531 serenidade. E, também, não há garantias de que essas pessoas serão custeadas. Disse que
532 queria ter a mesma visibilidade que aconteceu no Fórum Mundial de Direitos Humanos e que
533 já há uma articulação para que o conselho tivesse fundos para esse custeio. Pediu um esforço
534 para articulação em Estados e Municípios, no sentido de buscar recursos entre empresas
535 privadas e órgãos que patrocinam esses movimentos, além de bancos com fundos de
536 investimento. A **Presidenta Janaína Oliveira** agradeceu a presença do Sr. Juliatto, dizendo
537 que iriam articular dentro da comissão, para dar uma linha política a esse assunto e à
538 construção do Regimento. O **Sr. Marco Antônio Juliatto** informou que fará alguns
539 chamamentos e sugeriu que já fossem escolhidas algumas pessoas do conselho. Janaína
540 informou que já foram escolhidas pela mesa diretora. **Sr. Marco Antônio Juliatto** pediu
541 desculpas pelas expressões calorosas, pois é complicada essa postura defensiva do conselho.
542 **A Presidenta Janaína Oliveira** pediu que fosse encaminhada, novamente, a carta de
543 compromisso da SDH. A **Conselheira Marylucia Maesquita** disse que, antes de entrar no
544 ponto de Regimento, gostaria de informar os encaminhamentos da comissão de legislação e
545 normas. Solicitou correção quanto a um ponto da pauta, que não havia que era esse o texto no
546 congresso Nacional. O segundo ponto de pauta era sobre o uso do nome social nas instituições
547 a construção da nota técnica para o ensino superior. Informou que já foi encaminhada para
548 outra Câmara Técnica. Outro ponto da pauta era a aprovação das alterações do Regimento
549 Interno a partir da análise da AGU. Informou que a AGU apresentou a análise da resposta do
550 governo do Estado do Tocantins sobre a revogação da portaria meia, quatro, cinco, de dois
551 mil e quatorze que aprovou o plano estadual de promoção da cidadania e Direitos Humanos
552 de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Outro ponto de pauta foi em relação à
553 Conferência Nacional LGBT e a deliberação pela necessidade de uma reunião extraordinária,
554 assim como outras Câmaras técnicas, para o dia cinco de dezembro. Perguntou se alguém
555 teria algo a acrescentar a essas pautas informadas. A **Presidenta Janaína Oliveira** informa
556 que o Conselho de psicologia não está oficialmente representado no conselho. A OAB que se
557 faz presente na pessoa do Sr. Lucas de Alencar. O CNTE também não se faz presente. Essas
558 informações foram para explicar a subida da suplência por titularidade. Depois destes casos, a
559 presidenta citou MS, SPM, MTE, MPOG, MTUR, MJ, a SDH como representantes do
560 Governo. Citou também os representantes da Sociedade Civil, as duas representações da
561 ABGLT, as duas representações da ANTRA, representação da LBL, a representação CMP,
562 CUT, ARTE GAY, Rede Nacional de Negros e Negras, FONAJUNE, ABL, e o E-Jovem.

563 Informou que, naquele momento, havia vinte e um Conselheiros e Conselheiras com abertura
564 oficial do quórum. Chamou a representante da comissão de legislação para iniciar. A
565 **Conselheira Marylucia Mesquita** informou que a Assessoria da AGU apresentou em torno
566 da proposta de Regimento Interno. Informou que os Conselheiros receberam a proposta inicial
567 e a comentada pela AGU, e que dois pontos polêmicos não foram levantados no momento da
568 discussão. Um era sobre o processo de composição da comissão eleitoral, e outro sobre o
569 número de representantes de assento para a Sociedade Civil. A Conselheira mencionou que o
570 Conselheiro Bruno, representante de governo na época, apresentou um destaque que ficou de
571 encaminhar por escrito, mas não foi recebido. Também constatou que, até aquele momento,
572 não houve contribuição de nenhum Conselheiro acerca do Regimento Interno. Perguntou
573 sobre qual proposta irra ser trabalhada. Sugeriu ler a proposta apresentada pela AGU, para ser
574 o que seria aceito ou não, pelo conselho. Apontou que as observações iniciais da assessoria
575 jurídica eram quanto à forma do texto. Perguntou se alguém teria alguma colocação.
576 Informando que os destaques iniciais, feitos pela AGU, não contestam o texto. Seguiu a
577 leitura do texto, argumentando que seria uma verificação para ver se todos concordavam com
578 o conteúdo. Houve uma proposta da AGU de retirar o trecho que fala “a lesbofobia,
579 transfobia, homofobia e a bifobia”, substituindo por “preconceito algum”. A Conselheira disse
580 que não houve objeções na retirada desse trecho. Perguntou se alguém teria outra proposta.
581 **Conselheira Lurdinha Alves** declarou que queria fazer uma consulta. Ela questiona se o
582 início do texto está correto, aprovando o Regimento Interno. **Conselheira Marylucia**
583 **Mesquita** respondeu que sim, que foi orientação da assessoria jurídica. Perguntou à
584 Presidência e Vice Presidência se seria possível a participação da Aline na reunião. A
585 **Conselheira Lurdinha Alves** esclareceu que seu questionamento se devia ao fato de apenas o
586 Presidente do conselho poder homologar ou não a aprovação do Regimento. A **Presidenta**
587 **Janáina Oliveira** entendeu, mas disse que foram orientações jurídicas e que os termos, ali
588 informados, seriam corrigidos caso houvesse necessidade. A **Conselheira Laís Campelo**
589 informou que o tempo verbal do texto estava incorreto, dando interpretação errada, na frase
590 “resolve aprovar”. **Conselheira Marylucia Mesquita** reafirmou que ainda não foi aprovado.
591 Disse que o entendimento da AGU quanto à flexão de gênero é que não é possível garantir
592 essa flexão na proposta do Regimento Interno, se mantendo apenas na perspectiva do
593 masculino. Prosseguiu a leitura falando sobre as competências do conselho, no combate à
594 violência. Perguntou se era consenso substituir “homofóbico” por “gayfóbico”, ampliando a
595 fobia a todos os segmentos. A **Conselheira Keila Simpson** concordou com a proposição de

596 **Leo Mendes**, dizendo que deveria ser mantido o termo “homofóbico”. **Conselheira**
597 **Lurdinha Rodrigues** disse não ser a favor nem contra, mas sugeriu uma discussão sobre o
598 assunto, no conselho. O **Conselheiro Gil Santos** informou que, na Câmara Técnica se usa a
599 expressão “bifobia” para expressar fobia em todos os segmentos. A **Vice Presidenta**
600 **Samanda Alves de Freitas** propôs ler todo o texto e depois discutir. A **Conselheira**
601 **Marylucia Mesquita** disse que, inicialmente, a proposta era ler por páginas e discutir os
602 pontos. Disse que era necessário ouvir, dos Conselheiros que tiveram acesso ao texto, suas
603 opiniões a respeito das considerações jurídicas. A **Conselheira Maria Guilhermina** disse
604 estar incomodada com a questão de não poder colocar gênero no texto, e da divergência de
605 entendimento, no caso de poder colocar Conselheiros e Conselheiras. O **Conselheiro Lucas**
606 **de Alencar** ressaltou que a missão do Conselho diz respeito a preconceito por orientação
607 sexual e identidade de gênero e não “preconceito algum” como foi sugerido pela AGU, e
608 introduzir agora o termo “gaysista” na discussão acabará criando um ruído desnecessário. A
609 **Conselheira Marylucia Mesquita** pediu para fazer dois encaminhamentos. O primeiro seria
610 continuar a leitura e dar explicações ao longo do texto. O outro é para que, quando houvesse
611 defendido e considerações, que fosse definido um tempo padrão. Falou que concorda com o
612 Conselheiro Lucas Alencar, que para algumas questões será necessária uma paciência
613 histórica. Que, com a proximidade da Conferência Nacional, talvez pudesse ficar acordado
614 algumas questões que pudessem ser mantidas. A **Conselheira Maria Guilhermina** pergunta
615 se já poderia haver encaminhamento. Se há duas propostas ou não, para fazer a votação. A
616 **Conselheira Marta Pordeus** sugeriu que fosse inserido um artigo, ou parágrafo, definindo o
617 que é homofobia, passando a usar nesse Regimento o termo homofobia de maneira ampla.
618 Avisou que teria que sair antes do término, por questões profissionais. A **Presidenta Janaína**
619 **Oliveira** informou que começaria o encaminhamento e atentou para o horário, dez para as
620 dezesesseis horas, e que já estavam há vinte minutos no mesmo tema. A **Conselheira Lurdinha**
621 **Rodrigues** disse que o tema em questão não era apenas um detalhe, e sim, o centro do
622 movimento LGBT, o enfrentamento a homofobia, a lesbofobia, transfobia, bifobia. Lembrou
623 que a mudança da sigla GLBT para LGBT foi um dos pontos de deliberação de conferencia,
624 por isso não foi questionado sua deliberação, posteriormente. Sugeriu que a SDH, pudesse
625 chamar alguns momentos de aprofundamento sobre alguns temas que foram levantados na
626 Câmara Técnica de violência. A **Conselheira Mariana Meriqui** disse se sentir contemplada
627 pela fala da Conselheira Lurdinha. Disse haver necessidade um amadurecimento inclusive
628 teórico no movimento. O **Conselheiro Leo Mendes** achou intrigante o fato de não haver

629 ainda uma discussão sobre “bifobia” no conselho. Informou que não há um consenso
630 brasileiro em torno do tema. A Parada de São Paulo levantou “criminalização da homofobia”,
631 depois colocaram “homolesbotransfobia”, depois pediram para trocar para
632 “homolesbitransfobia”, e no final, não mudou por não haver consenso. Disse estar admirado
633 com a falta de discussão sobre a flexão de gênero. Insistiu na alteração da redação,
634 independente da consultoria jurídica. A **Conselheira Marylucia Mesquita** disse que,
635 enquanto relatora da comissão, não teria nenhuma dificuldade com a terminologia, nenhuma
636 forma de resistência. Disse que será encaminhado, novamente, a AGU, e que a proposta seria
637 incorporar a gayfobia e garantir a flexão de gênero e encaminha novamente para AGU. Disse
638 que não será feita a leitura inteira do Regimento, apenas os destaques dos Conselheiros e da
639 AGU. A Conselheira declarou que os Conselheiros que quisessem levantar destaques, que o
640 fizessem. Disse que o texto iria incluir lesbofobia, homofobia, gayfobia, transfobia e bifobia.
641 Falou das competências do Conselho Nacional LGBT. Perguntou se poderia passar ao
642 próximo item, ou se havia algum questionamento. Disse que a questão que vai se colocar,
643 para o próximo ano, é a necessidade de revisão do decreto do Conselho, e que o Regimento
644 Interno é muito mais para organização, pactuação, e construção de ações e estratégias.
645 Informou que onde se lê Secretaria Executiva será alterado para Coordenadoria Geral do
646 Conselho. A **Presidenta Janaína Oliveira** aproveitou para apresentar a Sra. Adriana Escorse
647 como Coordenadora do CNCD/LGBT. A **Conselheira Marylucia Mesquita** falou sobre o
648 artigo que foi incorporado, que trata sobre quem poderia participar da reunião do CNDC sem
649 direito a voto, um representante de cada órgão. E informou que a consultoria pediu que fosse
650 explicitado cada órgão, dentro dessa condição, perguntou se poderia passar adiante, pois, até
651 então, as questões de alteração eram apenas de retificação e melhoria de redação. Nada foi
652 alterado no conteúdo e a consultoria jurídica não destacou necessidade de mudanças no texto.
653 Ressaltou que tudo o que tinha no Regimento, até aquele momento, se relacionava ao
654 funcionamento do mesmo. O Regimento apontou a composição do conselho. Também fala da
655 organização em conjunto das Conferências nacionais LGBT, e não, somente participar.
656 Perguntou se havia alguma divergência até aquele momento de leitura. Citou o campo do
657 Regimento onde se prevê o convite de especialistas para assessorar o Conselho, não
658 necessariamente tem que ser via contratação. Ressaltou que as demais páginas não tinham
659 alteração de conteúdo. Ficando as alterações no campo da forma e redação. Havia um
660 destaque na página dezesseis, e seria necessário explicar melhor qual o objetivo do texto. O
661 texto foi explicado à consultoria jurídica e foi mantido. Houve questionamento jurídico na

662 página dezoito, artigo quarenta e dois. Foi apontada a importância de definir, no Regimento
663 Interno a periodicidade das intervenções do conselho. Foi reconhecida a importância e não
664 houve alteração. Explicou que a resolução é o ato geral quando se tratar de deliberação
665 vinculada a sua competência específica. A outra alteração foi no parágrafo segundo, em
666 relação às propostas. As propostas, de resolução, deverão ser analisadas e aprovadas pelas
667 competentes Câmaras técnicas, bem como deverão ser analisadas juridicamente pela
668 assessoria jurídica da SDH, da AGU, previamente à deliberação do Conselho. Esse texto foi
669 acatado pela consultoria jurídica porque havia ficado solto no texto anterior. Na página vinte e
670 um, houve uma questão que tomou bastante tempo, que se refere ao processo da comissão
671 eleitoral. A Conselheira ressaltou o fato de entidades candidatas estarem na comissão eleitoral
672 e que isso não poderia se manter no Regimento Interno, nem no processo eleitoral da próxima
673 gestão. Houve sugestão de que a composição da comissão eleitoral fosse composta por três
674 outros conselhos nacionais vinculados à Secretaria Nacional de Direitos Humanos.
675 **Presidenta Janaína Oliveira** perguntou se houve consenso Câmara Técnica, em relação a
676 esse assunto. **Conselheira Marylucia Mesquita** respondeu que permaneceu essa sugestão. A
677 **Conselheira Lurdinha Alves** complementou dizendo que ficou definido que a proposta é que
678 a comissão eleitoral fosse composta por membros que não fossem do Conselho, que seriam
679 escolhidos dentre os membros dos demais Conselhos que são subordinados a SDH. A ideia
680 seria lançada para aprovação do conselho. Conselheira Meire disse que havia uma
681 preocupação sobre a questão da elaboração do edital, sugeriu apresentar uma minuta de edital
682 de convocação, para que pudesse ser discutida pela comissão. **Conselheira Laís Campelo**
683 sugeriu uma correção quanto à forma escrita no parágrafo cinquenta e cinco, onde fala que
684 “vai obedecer aos seguintes critérios”, então eles seriam organizados em incisos e não em
685 parágrafos. **Conselheiro Lucas Alencar** disse ter dúvidas se poderia se criar atribuição para
686 um membro de outro Conselho. Determinando que outro Conselho indique alguém para
687 conduzir nosso processo eleitoral. A **Presidenta Janaína Oliveira** respondeu que é possível
688 solicitar sim. **Conselheiro Leo Mendes** questionou o argumento de que quem vai disputar as
689 eleições não poderia estar no julgamento e teria que ser uma pessoa neutra, e lembrou que
690 haviam pessoas que estavam neste e em outros conselhos também, o que não sanaria o
691 problema da neutralidade. Sugeriu que fosse dito, abertamente, que não pode estar no
692 Conselho eleitoral representante de entidades que participam do processo eleitoral.
693 **Conselheira Marylucia Mesquita** concordou com a sugestão. Disse que deveria deixar bem
694 explícito que os integrantes da Sociedade Civil organizada que irão compor a comissão

695 eleitoral serão indicados por outros Conselhos nacionais vinculados à Secretaria Nacional de
696 Direitos Humanos, desde que não sejam entidades ou representantes deste conselho. O texto
697 ficaria: “o edital deverá observar esse Regimento e prever critérios que possibilitem uma
698 representação plural e democrática da Sociedade Civil sendo uma vaga por entidade”.

699 Perguntou se havia alguma manifestação contrária, se não houvesse mais questões iria
700 incorporar e encaminhar para AGU, e imediatamente a AGU devolve para esse Conselho. O
701 **Conselheiro Leo Mendes** ressaltou que o Regimento ressalta prazos, e fatos atípicos podem
702 ocorrer e comprometer o prazo estabelecido. Questionou a fixação de data, pois desta forma
703 ficaria engessado. A **Presidenta Janaína Oliveira** ressaltou que é uma terminologia de prazo
704 mínimo. O **Conselheiro Leo Mendes** reiterou dizendo que especificar prazo poderia
705 comprometer a eleição. **Presidenta Janaína Oliveira** questionou se a sugestão mínima seria
706 de sessenta dias. **Vice Presidenta Samanda Alves** argumentou que o termo “mínimo”
707 complica muito. Reforçou que as datas colocadas e os prazos para edital e eleição estavam
708 muito justos. O **Conselheiro Leo Mendes** sugeriu que fosse retirada a estipulação de prazo
709 mínimo para a realização das eleições, sugeriu também que a comissão eleitoral fizesse um
710 calendário e, a partir disso se estipulasse uma data. A **Conselheira Marylucia Mesquita**
711 disse que era possível consensuar sobre o assunto. Propôs retirar o inciso sétimo. A
712 **Conselheira Lurdinha Alves** observou que não era possível pensar no Regimento Interno,
713 amarrados à eleição, e que não poderia aprovar o Regimento ao “toque de caixa” por conta do
714 processo eleitoral. Afirmou estar incomodada com a rapidez com que a discussão do
715 Regimento está sendo feita. Exemplificou que o Conselho Nacional de Saúde levou anos para
716 aprovar seu Regimento Interno. **Conselheira Marylucia Mesquita** pede desculpas ao
717 divergir da Conselheira Lurdinha, informando que este debate está acontecendo desde junho
718 de dois mil e treze, e que, se as contribuições não chegaram até o presente momento seria outro
719 debate. **Conselheiro Leo Mendes** sugere que o cronograma eleitoral seja feito a partir da data
720 da publicação do edital. **Conselheiro Fábio Moassab** também disse sentir-se inseguro com a
721 aprovação do Regimento Interno, alegou que vários Conselheiros governamentais chegaram
722 recentemente ao conselho. Citou que havia uma proibição de que os Conselheiros que não
723 sejam titulares participem das comissões técnicas quando os titulares estão presentes. A
724 **Presidenta Janaína Oliveira** informou que, por deliberação interna, os suplentes
725 participavam. O **Conselheiro Fábio Moassab** disse ter muitas dúvidas acerca de alguns
726 pontos do Regimento. A **Conselheira Marylucia Mesquita** Ressaltou a importância da
727 pontuação do Conselheiro Fábio Moassab, mas considerava grave o fato de ninguém haver se

728 manifestado antes, e, após o processo começarem a se manifestar. Ressaltou que não há a
729 pressa que alguns Conselheiros estão sentindo, e que o Regimento foi estudado com muito
730 cuidado. Entende que o Regimento será revisitado para alterações sempre que for necessário.
731 **Conselheira Laís Campelo** diz entender a celeridade do processo, informando que a
732 aprovação tem que fazer parte de um planejamento. A **Vice Presidenta Samantha Alves** diz
733 não estar confortável com a aprovação por nem todos terem tido tempo de ler o texto inteiro,
734 com as alterações e informações da AGU, e o conselho não sabia que viria à reunião para
735 aprovar o Regimento Interno. A **Conselheira Marylucia Mesquita** pediu uma questão de
736 ordem, dizendo que estava na pauta este assunto, e gostaria de deixar registrado que a Câmara
737 Técnica seguiu a pauta. Como não houve negativa sobre a deliberação, a mesma ocorreu até
738 este momento. Então, ressaltou que era necessário registrar a deliberação. O **Conselheiro Leo**
739 **Mendes** aponta concordância com o Conselheiro Fábio, em suas colocações sobre suplência e
740 participação de órgãos governamentais. Diz não entender porque nem todos têm direito à
741 voz, sendo o conselho público. Sugeriu que fosse mandada a solicitação à AGU, reforçando
742 que poderão participar esses e outros convidados, por escolha do Conselho. A **Conselheira**
743 **Marylucia Mesquita** pergunta se há consenso sobre sua colocação. Informa que este texto é
744 o texto que está no decreto perguntou ao Conselheiro Leo Mendes se a sua sugestão de texto
745 seria: “poderão ainda participar das reuniões do Conselho sem direito a voto um representante
746 de cada um dos órgãos abaixo definidos pela plenária do Conselho”. O **Conselheiro Leo**
747 **Mendes** também menciona a necessidade de separação do Regimento Interno e de um
748 Regimento eleitoral. A **Conselheira Marylucia Mesquita** corrige, dizendo ser Edital de
749 Convocação. **Conselheiro Leo Mendes** disse que, deve haver Regimento eleitoral da
750 comissão, com prazos, tempo de recursos, entre outras questões. A **Conselheira Lurdinha**
751 **Alves** disse não ter questionado o mesmo artigo relacionado à voz, por ser de um decreto.
752 Mas, havendo possibilidade de alteração, questiona quem define quem pode vir. O
753 **Conselheiro Lucas Alencar** disse que, em relação a convites, os mesmos devem ser
754 propostos à mesa diretora. A **Conselheira Lurdinha Alves** propôs ao Conselheiro Leo o
755 texto: “as reuniões do Conselho são abertas, e públicas, mas poderá participar com direito a
756 voz e não a voto, aqueles que o Conselho definir”, como parágrafo único. A **Conselheira**
757 **Marylucia Mesquita** lembrou a convocação de uma reunião extraordinária para o dia cinco
758 de dezembro. Informou que era necessário soltar o edital de convocação do processo eleitoral
759 da Sociedade Civil, até dezembro. **Conselheira Marylucia Mesquita** disse que teria que
760 aprovar o Regimento Interno, pois, se não poderia comprometer o processo eleitoral. A

761 **Conselheira Lurdinha Alves** informou que já há um Regimento Interno, e o que estava se
762 propondo sua alteração. Se não houvesse aprovação deste Regimento, permaneceria o atual. O
763 **Conselheiro Leo Mendes** disse que o processo de discussão do Regimento já havia passado e
764 que, agora se daria o processo de votação, como estava na pauta. A **Presidenta Janaína**
765 **Oliveira** pediu a Sra. Adriana Escorse que formalizasse uma reunião com a Secretária Patrícia
766 Barcelos, para encaminhar o Regimento. A **Conselheira Marylucia Mesquita** perguntou, se
767 algum Conselheiro ou Conselheira era contrário à aprovação do Regimento Interno. O
768 **Conselheiro Leo Mendes** disse estar propondo a votação do Regimento como havia sido
769 discutido. As questões jurídicas seriam tratadas posteriormente. A **Presidenta Janaína**
770 **Oliveira** pergunta, novamente, se há alguém contrário à aprovação do Regimento.
771 **Conselheira Lurdinha Alves**, representante da SPM, se abstém. Também se abstém ANTRA
772 e MP. **Conselheiro Leo Mendes** pediu, que por questão de ordem, a mesa anuncie o resultado
773 da votação. A **Conselheira Marylucia Mesquita** especificou as entidades que se abstiveram:
774 ANTRA, ABGLT, SPM e MDS. Ressaltando que os demais foram favoráveis, já que não
775 houve nenhum voto contrário. A **Presidenta Janaína Oliveira** informou que a próxima
776 reunião do Conselho é a reunião descentralizada, na região norte. Propôs que fosse no Estado
777 do Acre, se não houvesse outra sugestão, pois foi o único Estado apresentado. A **Conselheira**
778 **Marylucia Mesquita** questiona se haverá condições Estruturais para o encaminhamento do
779 processo do Regimento Interno, do processo eleitoral e o próprio Conselho, do lugar
780 determinado para a reunião. A **Presidenta Janaína Oliveira** disse que não há preocupação
781 com estrutura. **Conselheira Lurdinha Alves** sugeriu que a reunião descentralizada não
782 aconteça em dezembro, por uma questão de agenda. Perguntou se não seria possível passar
783 para a outra data de reunião. A **Presidenta Janaína Oliveira** justificou a permanência da
784 reunião pelo motivo de já haver desmarcado outras vezes, a reunião descentralizada da região
785 norte, por motivos diversos. **O Conselheiro Leo Mendes** disse concordar com a Conselheira
786 Marylucia. Sugeriu que entrasse em contato com o governo do Acre para saber se haveria
787 condições estruturais. Se não houvesse, não teria sentido fazer uma reunião apenas por
788 questão territorial. Mas, se houver a estrutura, a reunião deve ser mantida. Janaína perguntou
789 se havia discordância. A **Conselheira Laís Campelo** informou que a reunião extraordinária
790 seria no dia cinco e a reunião descentralizada, no dia dezessete. A **Presidenta Janaína**
791 **Oliveira** corrigiu a data da reunião descentralizada para dias dezenove e vinte de dezembro.
792 **Conselheira Maria Guilhermina** informou que estavam presentes, na reunião além dela
793 mesma, Jovanna Baby, a Lohren Beauty, Yone Lindgren, Fábio Moassab, Beatriz Cruz,

794 Lurdinha Alves, e as entidades: ANTRA, E-Jovem, ABL, ABGLT, MDS, MJ e SPM. A pauta
795 era construção da nota sobre o procedimento operacional, POP e uma discussão sobre o
796 disque cem. Foi solicitada à Presidência do Conselho, uma reunião para os dias dezessete e
797 dezoito de novembro. Foi solicitada à SDH a realização de um pequeno seminário, com duas
798 ou três apresentações sobre violência homofóbica, com objetivo de trabalhar o que foi
799 questionado no Regimento, que é a falta de conceito concreto. Objetivo de conceituar
800 informações e termos, principalmente para trabalhar a criminalização. Conceituar homofobia,
801 para que as delegacias possam trabalhar nisso. Informou que Beatriz, representante aqui do
802 MJ, vai solicitar à SENASP, indicações de nomes para falar a essa Câmara Técnica. Falou da
803 falta de conceituação e propôs um caderno temático para lançar na Conferência LGBT do
804 próximo ano. Disse ser uma indicação da Câmara Técnica, e que gostaria de convidar a
805 ANAC para participação do Conselho para falar sobre o nome social nos bilhetes de
806 passagens aérea, ressaltando que o mesmo já ocorre nas passagens rodoviárias. O objetivo do
807 debate do disque cem era sobre o atendimento na ponta, pois há muita reclamação dos
808 atendimentos. Foi solicitado que, na data deste seminário se possa trabalhar com o disque
809 cem, conversar com a coordenação de atendimento para ver o que está acontecendo. A
810 **Presidenta Janaína Oliveira** pergunta de a relatoria da Câmara Técnica já está com a Sra.
811 Adriana Escorse e lembrou sobre a reunião individual com os Conselheiros e Conselheiras,
812 além da vice Presidenta, sobre a proposta de oficinas e seminários, em Pernambuco, no final
813 do mês de janeiro. Será uma atividade das Trans nordestinas. A Conselheira Maria
814 Guilhermina questionou quanto aos seminários de saúde LGBT e lésbica. A **Vice Presidenta**
815 **Samanda Alves de Freitas** disse que a SPM consultou o conselho, sobre a possibilidade de
816 participação de cinco ou seis Conselheiras. Disse que ira tentar viabilizar. Com exceção da
817 Conselheira Roselaine, que é servidora pública. **ENCERRAMENTO:** A **Presidenta Janaína**
818 **Oliveira** informou que tem um pedido aqui da quarta Conferência Nacional de saúde dos
819 trabalhadores e das trabalhadoras, de quinze a dezoito de dezembro de dois mil e quatorze.
820 Como os Conselheiros estarão em viagem para o Acre, será consultada a possibilidade de a
821 suplência prestigiar. Agradeceu a presença de todos, dizendo saber que entende o momento
822 difícil para quem está chegando agora. Desejou a todos um bom retorno. **Conselheira**
823 **Lurdinha Alves** informou que a SPM em parceria com o Ministério da saúde vai realizar de
824 vinte e cinco a vinte e sete de novembro o seminário Nacional de atenção à saúde integral de
825 mulheres lésbicas e bissexuais com o objetivo de fechar um conjunto de orientações para os
826 profissionais de saúde na perspectiva de enfrentar a discriminação, enfrentar o preconceito,

827 enfrentar a lesbofobia, no âmbito da saúde. Convidou os Conselheiros e Conselheiras. A
828 **Presidenta Janáina Oliveira** agradeceu mais uma vez e desejou bom retorno a todos e todas.

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

Brasília, DF

845

846

Outubro de 2014